

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

São José Belmonte - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ciranda 1 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ciranda 1 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

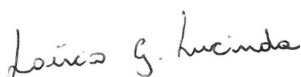
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6


Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo circulante	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.447	1.562
Contas a receber	6	1.932	1.954
Adiantamento a fornecedores		-	6
Impostos a recuperar		176	177
Pagamentos antecipados		147	148
Outras contas a receber de partes relacionadas	7	1.283	1.431
Total do ativo circulante		7.621	6.914
Ativo não circulante			
Imobilizado	9.1	252.596	268.391
Outros créditos a receber	8	1.636	1.636
Total do ativo não circulante		252.596	268.391
Total do ativo		260.217	275.305
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas pagar	10	3.799	3.480
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	180	484
Outros tributos a recolher		245	100
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	3.450	1.950
Total do passivo circulante		7.674	6.014
Passivo não circulante			
Outros tributos a recolher		25	-
Dividendos a pagar		314	314
Provisão para desmontagem da Central Solar	9.2	1.518	1.388
Total do passivo não circulante		1.857	1.702
Patrimônio líquido	12		
Capital social		262.078	270.196
Reserva de lucros		-	2.053
Prejuízos acumulados		(11.392)	(4.660)
Total do patrimônio líquido		250.686	267.589
Total do passivo e patrimônio líquido		260.217	275.305

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	21.611	21.720
Custos	14	<u>(27.395)</u>	<u>(24.139)</u>
Prejuízo bruto		(5.784)	(2.419)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(743)	(616)
Outras receitas operacionais		<u>-</u>	<u>77</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(6.527)	(2.958)
Receitas financeiras	16	52	237
Despesas financeiras	16	<u>(1.612)</u>	<u>(1.285)</u>
Resultado financeiro		<u>(1.560)</u>	<u>(1.048)</u>
Resultado antes dos impostos		(8.087)	(4.006)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	11.1	(698)	(702)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido		<u>-</u>	<u>48</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(8.785)</u></u>	<u><u>(4.660)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	<u>(8.785)</u>	<u>(4.660)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(8.785)</u>	<u>(4.660)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024		253.580	2.053	-	255.633
Aumento de capital social	12.2	27.288	-	-	27.288
Redução de capital social	12.2	(10.672)	-	-	(10.672)
Prejuízo do exercício	12.3	-	-	(4.660)	(4.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		270.196	2.053	(4.660)	267.589
Aumento de capital social	12.2	4.339	-	-	4.339
Redução de capital social	12.2	(12.457)	-	-	(12.457)
Absorção de prejuízos acumulados pela reserva de lucros			(2.053)	2.053	-
Prejuízo do exercício	12.3	-	-	(8.785)	(8.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		262.078	-	(11.392)	250.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(8.785)	(4.660)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	9.1	15.803	14.563
Imposto de renda e contribuição social	11	698	654
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	9.2	130	120
Provisão de receita	6	22	(82)
Baixa de imobilizado	9.1	3	133
Resultado do exercício Ajustado		7.871	10.728
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber			50
Outras contas a receber com partes relacionadas		148	2.846
Outras contas a pagar com partes relacionadas		1.500	480
Impostos a recuperar		1	(42)
Fornecedores e outras contas a pagar		319	(765)
Outros tributos a recolher		170	(70)
Outros ativos		7	(907)
Outros passivos		-	(736)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		10.016	11.584
Imposto de renda e contribuição social pagos	11.1	(1.002)	(1.128)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		9.014	10.456
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9.1	(11)	(315)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(11)	(315)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital de acionistas	12.2	4.339	-
Redução de capital pago aos acionistas em caixa	12.2	(12.457)	(10.672)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		(8.118)	(10.672)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		885	(531)
No início do exercício		1.562	2.093
No fim do exercício		2.447	1.562
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		885	(531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ciranda 1 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Ciranda 1” constituída no dia 07 de janeiro de 2020, na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Fazenda Quixabeira da Fazenda Boqueirão, S/N, Zona Rural, São José Belmonte - PE.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., possui autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi concedida em 07 de julho de 2020:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.	9007/2020	07/07/2020	35 anos	49,5

1.2 Contratos de venda de energia

A Companhia atua no Mercado Livre de Energia ou Ambiente de Contratação Livre (ACL). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Ciranda 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCVEIE	13,58	121,03	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2037	Janeiro

1.3 Outras informações

A Companhia iniciou as operações dos parques fotovoltaicos em 11 de agosto de 2023.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 367 (R\$ 586 positivo em 31 de dezembro de 2024), prejuízo no exercício de 2025 de R\$ 8.785 (R\$ 4.660 em 2024).

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez da Companhia. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária da Companhia. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro da Companhia, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações da Companhia, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 9 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 9 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas).
- Nota 17 – Instrumentos financeiros – (principais premissas para divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir.

A Administração da Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.3 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(iv) Depreciação

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos, conforme nota explicativa 1.1.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos
Instalações	15-25 anos

3.4 Provisão de desmobilização

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do

resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

3.5 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.8 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de

juros e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 17.

c. *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3.9 Cortes de geração (Curtailment)

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita da Companhia e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

No que tange à geração de energia, obrigação de desempenho, acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição são calculados com base no lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil no ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras. Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis, vigentes para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, não impactaram a preparação destas demonstrações financeiras, conforme detalhado a seguir:

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

- a estrutura de custos e formação de preços;
- a apuração e recuperação de créditos tributários;
- a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
- os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

A Companhia continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	-	1.435
Aplicações financeiras	<u>2.447</u>	<u>127</u>
	<u>2.447</u>	<u>1.562</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes nacionais a faturar (*)	1.932	1.843
Partes relacionadas (nota 7)	-	111
	<u>1.932</u>	<u>1.954</u>

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal (nota fiscal) é emitida.

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de energia entre as empresas do Grupo. A controladora final da Companhia é a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Balanco patrimonial</u>		
Contas a receber (*)		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	-	111
	-	111
Outras contas a receber com partes relacionadas (**)		
Ciranda 2 Energias Renováveis S.A.	-	114
Ciranda 3 Energias Renováveis S.A.	-	34
Ciranda I Holding S.A.	1.283	1.283
	1.283	1.431
Outras contas a pagar com partes relacionadas (**)		
Canadian Solar Brasil Serviços de Operação e Man. de Usinas Solares Ltda	547	-
Ciranda 2 Energias Renováveis S.A.	303	-
Ciranda 3 Energias Renováveis S.A.	2.600	1.950
	3.450	1.950
<u>Demonstração do resultado</u>		
Receita operacional bruta (*)		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	939	1.962
	939	1.962
Despesa - Energia comprada para revenda (***)		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	-	(213)
	-	(213)

(*) O saldo refere-se a venda de energia para BRDP em decorrência da necessidade da venda de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

(**) Os valores referentes a outras contas a receber e outras contas a pagar com partes relacionadas são operações de conta corrente “reforço de caixa” entre as empresas do Grupo.

(***) O saldo refere-se à compra de energia da BRDP, em decorrência da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

7.1 Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares Ltda.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8 Outros créditos a receber

	2025	2024
Crédito de devolução de peças (*)	1.636	1.636
	1.636	1.636

(*) Devolução ao fornecedor de módulos fotovoltaicos com defeito de fabricação, gerando crédito com o respectivo fornecedor.

9 Imobilizado

	2025	2024
Imobilizado em serviço	252.596	268.391
	252.596	268.391

A Companhia avaliou a existência de indicadores de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros e, em razão de um trigger de *impairment* identificado em 2025, realizou o teste de redução ao valor recuperável nesse exercício. Após as análises, concluiu-se que nenhuma provisão deveria ser reconhecida. Para o exercício de 2024, não foram identificados triggers que demandassem a realização do teste.

9.1 Movimentação do imobilizado

	Central Solar	Central Solar Desmontagem	Instalações	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	278.514	1.207	3.051	282.772
Adições	315	-	-	315
Baixas	(133)	-	-	(133)
Depreciação	(14.526)	(37)	-	(14.563)
Saldo em 31 de dezembro 2024	264.170	1.170	3.051	268.391
Adições	11	-	-	11
Baixas	(3)	-	-	(3)
Transferências	-	-	-	-
Depreciação	(15.662)	(37)	(104)	(15.803)
Saldo em 31 de dezembro 2025	248.516	1.133	2.947	252.596
Taxa média de depreciação anual	4%	3%	4%-6,67%	

9.2 Provisão para custos com desmobilização

	Ativo	Passivo
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.207	1.268
Depreciação	(37)	-
Juros	-	120
Saldo em 31 de dezembro 2024	1.170	1.388
Depreciação	(37)	-
Juros	-	130
Saldo em 31 de dezembro 2025	1.133	1.518

10 Fornecedores e outras contas a pagar

	2025	2024
Materiais e serviços (*)	3.799	3.480
	3.799	3.480

(*) Em 2025 e 2024, os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e as contratações necessárias para o processo de manutenção dos parques de energia fotovoltaica.

11 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Parcelamento de IRPJ e CSLL a recolher	-	300
IRPJ a recolher	114	117
CSLL a recolher	66	67
	180	484

11.1 Despesa com imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Imposto de renda corrente	(447)	(450)
Contribuição social corrente	(251)	(252)
	(698)	(702)

O regime tributário da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o Lucro Presumido, calculado conforme o demonstrativo a seguir:

	2025	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	22.433	22.433
(-) Vendas canceladas	-	-
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	1.795	2.692
Demais receitas	52	52
Base de cálculo IRPJ e CSLL	1.847	2.744
IRPJ 15% e CSLL 9%	(277)	(247)
Adicional de IRPJ de 10%	(161)	
IRRF s/ aplicação financeira	(9)	(4)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(447)	(247)
Reconciliação do IRPJ e CSLL		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	(447)	(251)
	(447)	(251)
	2024	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	22.675	22.675
(-) Vendas canceladas	(131)	(131)
Presunção (IRPJ 8% e CSLL 12%)	1.804	2.699
Demais receitas	131	131
IRRF s/ aplicação	(7)	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	1.928	2.830
IRPJ 15% e CSLL 9%	(281)	(252)
Adicional de IRPJ de 10%	(169)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(450)	(252)
Reconciliação do IRPJ e CSLL		
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	(450)	(252)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido (*)	29	19
	(421)	(233)

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 262.078.467 (270.196.000 em 31 de dezembro de 2024) ações subscritas e integralizadas totalizando, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

2025			
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Ciranda I Holding S.A.	262.078	262.078	100%
	262.078	262.078	100%
2024			
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Ciranda I Holding S.A.	270.196	270.196	100%
	270.196	270.196	100%

12.2 Movimentação do capital social

Data	Detalhes do aporte	Quantidade de ações em milhares	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2024		253.580	253.580
13/06/2024	Redução de capital	(4.446)	(4.446)
01/10/2024	Redução de capital	(430)	(430)
18/11/2024	Aumento de capital	27.288	27.288
10/12/2024	Redução de capital	(5.796)	(5.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		270.196	270.196
12/06/2025	Redução de capital	(6.723)	(6.723)
26/08/2025	Aumento de capital	1.250	1.250
27/10/2025	Aumento de capital	1.181	1.181
07/11/2025	Aumento de capital	1.908	1.908
12/12/2025	Redução de capital	(5.734)	(5.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		262.078	262.078

12.3 Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu Balanço Patrimonial prejuízo líquido do exercício de R\$ 8.785 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando em R\$ 11.148 (R\$ 4.660 em 31 de dezembro de 2024, totalizando em R\$ 4.660).

13 Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de venda de energia	21.494	20.713
Receita de venda de energia – Intercompany (*)	939	1.962
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (**)	(822)	(955)
	<u>21.611</u>	<u>21.720</u>

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 7

(**) Regime cumulativo sendo PIS (0,65%) e COFINS (3%).

Durante o exercício de 2025, a Companhia gerou 116.434 MWh (123.922 MWh em 2024), fornecido diretamente para cumprimento do contrato.

14 Custo dos serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação	(15.803)	(14.562)
Encargos do uso da rede elétrica	(3.979)	(3.531)
Compra de energia elétrica	(4.862)	(2.393)
Serviços de terceiros	(1.747)	(2.126)
Operação e manutenção	(771)	(1.175)
Serviços de segurança	(233)	(352)
	<u>(27.395)</u>	<u>(24.139)</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros (*)	(535)	(379)
Tributárias	(33)	-
Manutenção de software	(81)	(67)
Viagens e estadias	(30)	(132)
Outras	(64)	(38)
	<u>(743)</u>	<u>(616)</u>

(*) Referem-se a despesas com prestação de serviços de consultoria, manutenção de software e despesas com cartório.

16 Resultado financeiro, líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	52	67
Variação cambial ativa	-	7
Outras	-	163
	<u>52</u>	<u>237</u>
Despesas financeiras		
Comissão financeira (*)	(1.051)	(881)
Juros de desmobilização do Ativo Imobilizado	(130)	(120)
Multa e juros	(99)	(113)
Despesas bancárias	(266)	(153)
Outras	(66)	(18)
	<u>(1.612)</u>	<u>(1.285)</u>
	<u><u>(1.560)</u></u>	<u><u>(1.048)</u></u>

(*) Comissão financeira refere-se aos pagamentos de Fee da carta de fiança.

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

17.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes, financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segreg

		2025	2024
	Nota	Valor contábil	
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1.562
Outras contas a receber com partes relacionadas	7	1.283	1.431
		1.283	2.993
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	3.799	3.480
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	3.450	1.950
		7.249	5.430
		2025	2024
	Nota	Valor justo	
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1.562
Outras contas a receber com partes relacionadas	7	1.283	1.431
		1.283	2.993
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	3.799	3.480
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	3.450	1.950
		7.249	5.430

O valor contábil representa uma aproximação razoável do valor justo, conforme descrito abaixo:

(i) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, outras contas a receber com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e outras contas a pagar com partes relacionadas são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

17.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

Em 2025 e 2024 a Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras ou vendas são denominadas.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

31 de dezembro de 2025

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2025	2026	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)
Risco de redução do ativo e passivo					
	Índices	2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		2.447	(297)	(371)	(445)

31 de dezembro de 2024

	Cenário		Sensibilidade		
	Variação	Provável			
	2024	2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)
Risco de redução do ativo e passivo					
	Índices	2024	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		127	(19)	(24)	(28)

(*) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) - fonte – Bradesco Longo Prazo

c. Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	2025	2024
		Contábil	Contábil
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.447	1.562
Contas a receber	6	1.932	1.954
Outras contas a receber de partes relacionadas	7	1.283	1.431
		5.662	4.947

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de *rating* de referência dos principais montantes, é AAA.br.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2025

		Fluxo de caixa contratuais				
	Notas	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	10	3.799	3.799	3.799	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	3.450	3.450	-	3.450	-
		7.249	7.249	3.799	3.450	-

31 de dezembro de 2024

		Fluxo de caixa contratuais				
	Notas	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	10	3.480	3.480	3.480	-	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	1.950	1.950	-	1.950	-
		5.430	5.430	3.480	1.950	-

18 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

18.1 Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2025
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Juros da desmobilização de ativo imobilizado	11
	2024
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Adiantamento para futuro aumento de capital, sem efeito caixa	27.288

19 Provisões para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

20 Eventos subsequentes

Não ocorreram operações na Companhia que requerem divulgação em eventos subsequentes.